

A DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA: OFERTA E PROCURA DE LICENCIADOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA*

Elvira Manuela Ramos Ferreira

Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física - Universidade de Coimbra

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da disciplina de E.F. não tem sido constante nem contínuo. A importância que lhe concederam ao longo dos séculos, os órgãos ou profissionais que lhe têm dado maior destaque, a evolução da formação de professores de E.F. e a criação de estabelecimentos de ensino para esse fim, as matérias de ensino que compõem o currículo, a carga horária semanal nos horários escolares, a natureza obrigatória da disciplina nos ensinos básico e secundário, o apetrechamento das escolas em material e equipamento são factores, entre outros, que têm sido alterados e implicam interesses diversificados.

A formação de professores de E.F. e a criação de estabelecimentos de ensino para esse fim, constituem a base estrutural deste trabalho. Qual o seu desenvolvimento e a sua evolução, nos aspectos positivos e nos aspectos menos favoráveis.



CONTEXTUALIZAÇÃO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

É de acordo geral que a actividade física constitui um elemento importante de um estilo de vida saudável, e em tempo escolar a disciplina de E.F. é a única a visá-la. As suas características únicas torna-a uma disciplina insubstituível, que promove hábitos de vida saudável.

Desde o século XVI que vemos os exercícios físicos serem praticados em estabelecimentos de ensino escolares portugueses, nomeadamente, os dirigidos pela Companhia de Jesus. No entanto, em finais do século XVIII, a generalidade das instituições de ensino portuguesas encaram o exercício como passeio ao ar livre e recreação.

A obrigatoriedade da disciplina de E.F. aparece nas reformas: do ensino primário em 1902 e do ensino secundário em 1905. Em 1911, implementa-se a E.F. nos 3 graus de ensino

* Este artigo constitui uma breve síntese da tese de mestrado "A disciplina de Educação Física ao longo das reformas educativas: oferta e procura de licenciados em Educação Física", realizada na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, no mestrado de Supervisão Pedagógica em Educação Física Escolar.

primário: elementar, complementar e superior. A duração da disciplina varia ao longo dos tempos, dependendo da importância que os órgãos governamentais lhe confere e das condições indispensáveis à prática física que as escolas dispunham.

Os primeiros programas de E.F. para o ciclo preparatório aparecem em 1968. Estes são alterados em 1971, ano em que a E.F. passou a estar sob tutela da Direcção Geral de Educação Física e Educação Escolar, saindo definitivamente da alçada da Mocidade Portuguesa.

No ano lectivo de 1974/75 são publicados os programas para o ensino preparatório. No entanto, existiam professores alheios a esse facto. A classificação qualitativa da disciplina passa a ser obrigatória apesar dos alunos só poderem reprovarem por falta de assiduidade.

Em 1979 são aprovados os programas de E.F. para o ensino primário. Em 1991 aprova-se o regime jurídico da Educação Física e do Desporto Escolar: a E.F. é uma disciplina curricular obrigatória dos ensinos básico e secundário, desenvolve-se através de programas próprios e dispõe de 3 horas semanais.

Em 2001, após o Ministério da Educação referir a necessidade de uma reorganização do currículo, de analisar e experimentar situações, e de muita resistência por parte dos professores de E.F., praticamente nada se alterou na disciplina. Quero com isto dizer, que pelo menos não prejudicou a carga horária que a disciplina dispunha mas também em nada a beneficiou.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA AO LONGO DOS TEMPOS

No início do século XIX, devido à importância dada à E.F. no campo militar, começou a ser encarado o problema da formação de pessoal habilitado para o desempenho de funções docentes no domínio da E.F.

Já em 1905, aquando da obrigatoriedade da E.F. no ensino secundário, o médico Costa Sacadura, alertava, sem êxito, para a necessidade de preparação de docentes especializados.

A fim de prestigiar a formação de professores e de torná-la aceite com as exigências da época, foram criadas 3 escolas normais: Lisboa, Porto e Coimbra. Neste contexto, para a formação dos professores de E.F. criam-se 2 escolas, anexas às universidades de Coimbra e Porto, que funcionaram a partir de 1915/16. A formação dos professores de E.F. era da responsabilidade dos professores da Faculdade de Medicina e das Escolas Normais Superiores. Por isso, verificavam-se muitas lacunas na formação.

Nesta linha de pensamento, em 1914, Luís Furtado Coelho decidiu organizar, em Lisboa, um curso de 3 meses orientado por B. Kullberg (habilitado com o curso Real e Central do Instituto de ginástica de Estocolmo) para preparar os professores de E.F.. Em 1920, publicam o Regulamento Oficial da Educação Física, adoptando-se o método sueco de Ling a nível escolar e a nível militar.

Em 1921, cria-se um curso normal de E.F. com duração de 3 anos. Era de carácter provisório e não se inseria em nenhum projecto global de formação de professores. Em 1922,

começa a funcionar a Escola de Esgrima do Exército, tornando-se um lugar de preparação de muitos especialistas. Em 1923, o curso foi reduzido a 2 anos e integrado na Escola Normal Superior, passando a sua prática pedagógica a efectuar-se na escola Normal Primária de Lisboa. A deficiente preparação dos professores no plano prático levam à extinção das Escolas Normais Superiores, em 1930.

Em 1923 publica-se uma importante proposta de lei respeitante à reorganização da educação nacional. Na 14ª base prevê-se que as Escolas Normais Primárias e Superiores se unissem para a criação das Faculdades de Ciências da Educação, integradas no âmbito universitário. Para a formação de professores de E.F. não era uma tentativa positiva, tendo em vista a obrigatoriedade dos professores estarem antes habilitados com o curso da Faculdade de Medicina.

Em 1930, são extintas as Escolas Normais Superiores. São criadas as secções de ciências pedagógicas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e na Sociedade de Geografia em Lisboa. São criados, também, 2 Liceus Normais, em Lisboa e Coimbra.

Em 1932, o Exército reconheceu a falta de preparação dos seus mancebos e propôs fazer a formação de professores de Educação Física na sua própria escola. Em 1933, a Escola de Esgrima do Exército transforma-se na Escola de Educação Física do Exército. Em 1936, foi criada a Organização Nacional da Mocidade Portuguesa que organizou e controlou a E.F. escolar.

Em 1940, dá-se a extinção da Escola de Educação Física do Exército e a cria-se o Instituto Nacional da Educação Física (I.N.E.F.). Nos primeiros 10 anos de existência do I.N.E.F., é patente a influência do sector militar e da classe médica, a colaboração com a Mocidade Portuguesa e a dependência da Direcção Geral de Educação Física e Saúde Escolar.

Na década de 1960, assiste-se a uma acentuada explosão escolar. O I.N.E.F. não dava resposta às necessidades do país. Por isso, em 1964, foram criados 2 novos cursos, de 2 anos de duração, realizados nas Escolas de Instrutores de Educação Física (E.I.E.F.), no Porto e Lisboa.

Em 1975 são extintas as duas E.I.E.F. e o I.N.E.F., criando simultaneamente 2 Institutos Superiores de Educação Física (I.S.E.F.), um integrado na Universidade Técnica de Lisboa e outro na Universidade do Porto. Assim, resolve-se a situação académica dos professores de E.F., equiparando-os a licenciados.

Em 1986, autoriza-se o início do funcionamento do curso de professores do ensino básico, na variante de E.F., aos Institutos Politécnicos de Castelo Branco, Guarda e Leiria, através das Escolas Superiores de Educação (E.S.E.).

Em 1987, autoriza-se o Instituto Politécnico do Porto e o de Viana do Castelo, através da E.S.E., a conferir o diploma de curso de professores de ensino básico, na variante de E.F.. Em 1988, autoriza-se o Instituto Politécnico de Coimbra e o de Viseu, a conferir o diploma de curso de professores de ensino básico, na variante de E.F.. Também em 1988, é dada autorização à Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro a conceder o grau de licenciatura

em E.F. e Desporto. Em 1989, é a Universidade da Madeira que obtém a autorização para conceder o grau de licenciado em E.F. e Desporto.

Em 1990, autoriza-se o Instituto Politécnico de Faro, através da E.S.E., a conferir o diploma de curso de professores de ensino básico, na variante de E.F.. Em 1991, começa a funcionar o curso de E.F. no Instituto Politécnico de Viseu, através da E.S.E. do pólo de Lamego e no Instituto Superior de Ciências Educativas. Simultaneamente, é criado o curso de E.F. e Desporto na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e no Instituto Superior da Maia. Em 1992, começa a funcionar na E.S.E. Almeida Garrett. Em 1993, na Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra. Em 1994, inicia-se o curso de E.F. no Instituto Superior de Santarém através da E.S.E., e na Universidade da Beira Interior.

Em 1995, o curso de E.F. começa a ser ministrado em mais 7 estabelecimentos de ensino: Instituto Superior de Ciências da Saúde-Sul, E.S.E. Jean Piaget de Almada, E.S.E. Jean Piaget de Viseu, E.S.E. Jean Piaget de Arcozelo, E.S.E. Jean Piaget Nordeste, Instituto Politécnico de Beja e de Bragança através da E.S.E..

Em 1996, começa a funcionar o curso de E.F. na Escola Superior de Fafe. Também o Instituto Superior de Ciências da Saúde do Norte viu a licenciatura de E.F., Saúde e Desporto ser aprovada neste mesmo ano.

Em 1997, inicia-se o curso de E.F. e Animação Social no Instituto Superior de Línguas e Administração de Bragança e o curso de E.F. e Desporto no Instituto Superior D. Afonso III no Algarve. Em 1999, é homologado o curso de E.F. e Desporto no Instituto Superior de Tecnologia Empresarial.

Antes de 99/00 criam-se outros estabelecimentos de ensino que proporcionam um curso dentro da área da E.F. mas não para a via de ensino: Condição Física e Alto Rendimento pela Escola Superior de Desporto de Rio Maior; Ciências de Actividade Física e Humana pela Universidade de Évora; Motricidade Humana pela Universidade Fernando Pessoa; Motricidade Humana pelo Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Almada, Viseu e Santo André.

ALUNOS MATRICULADOS E DOCENTES COLOCADOS NO ENSINO

Com o pretexto das gerações mais novas terem, em relação aos seus antepassados, níveis mais elevados de qualificação escolar e vontade da aproximação aos países desenvolvidos da União Europeia, o Governo alargou o número de anos de escolaridade obrigatória.

A escolaridade obrigatória em 1978 alargada a 6 anos, não surte efeitos imediatos porque essa não era totalmente cumprida. Em 1990, a escolaridade obrigatória é alargada aos 9 anos, o que se reflecte começando o número de alunos do 3º ciclo a ser superior ao do 2º ciclo.

O número de alunos matriculados no 1º ciclo, desde 79/80 tem vindo gradualmente a diminuir; o número de alunos no 2º ciclo aumenta até 87/88, após esta data nota-se um decréscimo; o número de alunos no 3º ciclo aumenta até 94/95 e a partir desta data o número decresce; o número de alunos matriculados no ensino secundário aumenta até 95/96 e depois também começa a diminuir.

O número global de alunos está a diminuir. É evidente o decréscimo do número de alunos matriculados em todos os ciclos de ensino, a partir de 95/96.

Relativamente ao número de professores colocados no ensino pode dizer-se que no 1º ciclo decresce a partir de 84/85 até 98/99. No entanto, no ano de 91/92 e 92/93 o número de professores aumenta quase 5 mil, sem explicação visível visto o número de alunos não ter aumentado.

Os professores colocados nos 2º e 3º ciclos e ensino secundário aumenta até 90/91, de 91/92 a 96/97 aumenta novamente e a partir de 97/98 decresce. Ou seja, o número de docentes colocados nestes ciclos de ensino apresentam sempre um aumento relativo excepto em: 89/90, 91/92 e 97/98. O número de professores colocados no ensino secundário quase triplica no ano de 85/86, ano da última grande reforma educativa em Portugal, que motivou o aumento da procura da escolaridade nos níveis de ensino mais elevados.

Entre 88/89 e 90/91 verifica-se o maior número de professores colocados no ensino. Em sequência da redução do número de alunos matriculados no ensino, decresce o número de docentes colocados em todos os níveis de ensino, a partir de 97/98.

O ritmo de crescimento do número de professores colocados foi superior ao ritmo de crescimento do número de alunos matriculados.

NÚMERO DE LICENCIADOS EM E.F.

	79/80	80/81	89/90	90/91	91/92	93/94	94/95	95/96	97/98	98/99	99/00
Nº estabel.	1	2	5	7	10	12	14	17	19	27	28
Nº licen.	56	191	202	267	321	441	589	720	877	1253	1372

Durante toda a década de 80 o número de licenciados, por ano lectivo, não se distancia muito das 200 unidades.

A introdução do *numerus clausus* no ensino superior público a partir do ano lectivo 77/78 constitui o factor que provocou a expansão vertiginosa do ensino superior privado na década de 80.

Com a abertura dos cursos no ensino politécnico em 1986 e do ensino privado em 1991, começa a denotar-se um aumento bastante significativo do número de licenciados de E.F.. à semelhança do que acontecera com o número de professores no geral.

As E.S.E.'s ao serem lançadas no sistema com o objectivo de formar professores até ao 6º ano, acabaram, no entanto, por entrar em competição com as novas universidades que tinham criado cursos destinados também a formar professores do ensino preparatório. Em termos institucionais, observa-se algumas indefinições. Foi possível chegar a um consenso generalizado sobre o modelo de formação inicial de professores, que assenta essencialmente nos cursos de formação das E.S.E.'s e nos cursos ministrados nas universidades, sendo que os primeiros destinam-se a formar os professores para o 1º e 2º ciclos (embora a situação do 1º ciclo não esteja regularizada) e os segundos destinam-se a formar professores do 3º ciclo e ensino secundário.

Em 94/95 verifica-se um aumento de 33% de licenciados em E.F. e em 95/96 um crescimento de mais 22% relativamente ao ano lectivo anterior. De 97/98 para 98/99 o aumento é de 43%.

Até 99/00 o número de licenciados de E.F. em estabelecimentos de ensino portugueses era 8704. Destes 8704 licenciados, 26% foram formados no ensino privado e 74% no ensino público. No ensino universitário formaram-se 59% (9% do ensino privado e 91% do ensino público) e no ensino politécnico formaram-se 41% (53% no privado e 47% no público).

NÚMERO DE PROFESSORES DE E.F. COLOCADOS NO ENSINO

	Grupo 09	Grupo 38	Total
94/95	2433	3942	6375
95/96	2501	4391	6892
96/97	2422	4708	7130

O número de professores de E.F. colocados no geral aumenta.

O número de professores de E.F. colocados no grupo 38 (3º ciclo e secundário) também aumenta.

O número de professores de E.F. colocados no grupo 09 (1º e 2º ciclos) diminui em 96/97, ano em que o número de alunos também diminui. No número de alunos no 3º ciclo e ensino secundário também se observa uma diminuição, no entanto, este facto não interfere na diminuição do número de professores de E.F. colocados no grupo 38.

Relativamente ao número de licenciados em E.F. e ao número de professores de E.F. colocados no ensino, pode dizer-se que ambos apresentam um acréscimo dos seus valores. No entanto, a percentagem do aumento é superior no número de licenciados que no número de professores colocados.

	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	Previsão 02/03
Prof. E.F. colocados	6375	6892	7130	-	-	-	8918
Nº licenciados	3725	4445	5202	6079	7332	8704	13305

Se calcularmos a taxa média de crescimento anual tanto do número de professores de E.F. colocados (94/95 a 96/97) como do número de licenciados em E.F. (94/95 a 99/00) e a projectarmos para o ano 2002/03 verificamos que o número de licenciados é superior ao número de professores colocados, em 4387. Até 97/98 o número de licenciados nunca foi superior ao número de professores colocados.

Na última década assiste-se a uma inversão da oferta/procura, tornando a oferta de professores de E.F. muito superior às necessidades do ensino.

O aumento do número de estabelecimentos superiores criados para a formação de professores de E.F., primeiro das E.S.E.'s, posteriormente os estabelecimentos de ensino privado, que perfaz um número na casa das 3 dezenas, a criação do regime jurídico da E.F., as reestruturções curriculares dos ensinos básico e secundário, representam os pilares do desenvolvimento da E.F. da década de 90. Os efeitos surtidos nesta época deixam algumas marcas que começam a ser difíceis de ultrapassar: o desemprego.

CONCLUSÕES

A E.F. começou a fazer parte do plano de estudos a partir de 1902, desde então a sua evolução tem sido notória e positiva: os primeiros congressos da E.F., a criação do I.N.E.F., a obrigatoriedade como disciplina curricular e o seu cumprimento em alguns níveis de ensino, a colaboração de um programa orientado, a integração dos estabelecimentos de ensino superior nas universidades, a criação de novos estabelecimentos nomeadamente no ensino politécnico e no ensino privado e a criação de novos cursos.

No entanto, a diminuição do número global de alunos matriculados em todos os níveis de ensino desde 95/96 e o aumento descontrolado do número de licenciados em E.F. nos últimos anos, repercute o aumento de professores de E.F. não colocados no ensino, tanto no grupo 09 como no grupo 38.

As falhas da E.F. resultam da falta organizativa do Sistema Educativo e da pouca vontade política. É preciso reconhecer o verdadeiro valor da E.F. como disciplina curricular única da educação corporal. Criar condições razoáveis de trabalho. Pois, um século volvido de alertarem para a necessidade de apetrechamento das escolas com materiais desportivos e da criação de espaços gímnicos e campos de jogos, pode dizer-se que tais condições ainda não foram conseguidas.

É também, desde 1902 que se refere a obrigatoriedade da disciplina de E.F. no ensino primário. Quantos alunos do 1º ciclo terão esta disciplina semanalmente, em local próprio e orientada por um professor licenciado em E.F.?

Tais medidas deveriam ser tomadas não com o objectivo de minimizar o desemprego mas com o intuito de cumprir o que está estabelecido: proporcionar e contribuir para o desenvolvimento harmonioso e global dos alunos. Pois a E.F. constitui uma das unidades coerentes do sistema português de ensino e, pelas suas potencialidades psico-motoras e lúdicas contribui para o desenvolvimento integral dos indivíduos. Só assim se atinge a consciencialização plena do significado da disciplina de E.F.

Bibliografia

- Barreto, A.** (2000). *A situação social em Portugal 1960-1999: indicadores sociais em Portugal e na União Europeia*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Carvalho, R.** (1986). *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da Nacionalidade até o fim do Regime de Salazar-Caetano*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Crespo, J.** (1977). "História da Educação Física em Portugal. Os antecedentes da criação do INEF". *Revista Ludens*, Vol. II, 1, pp.45-52.
- Crespo, J.** (1991). "A Educação Física em Portugal: a génese da formação dos professores". *Revista Sociedade Portuguesa de Educação Física*, 1, pp.11-19.
- Ferreira, A. & outros** (1999). "Olhar sobre a educação física em Portugal nos finais do antigo regime". *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 2, pp. 141-158.
- Matos, J.** (2001). *A Educação Física e o Desporto em Portugal em 1910 e 1911*. Coimbra, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Monografia de Licenciatura.
- Ministério da Instrução, Guerra e Marinha** (1920). *Regulamento Oficial de Educação Física*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Ministério da Instrução Pública** (1923). *Reforma da Educação: proposta de Lei*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- Nolasco, A.** (2001). *A Educação Física em Portugal nos anos que se seguiram ao 25 de Abril: a visão dos professores*. Coimbra, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra.
- Nunes, E.** (1985). *Contributo para o estudo de evolução da formação de professores de Educação Física em Portugal*. Porto, Instituto Superior de Educação Física, Dissertação de Doutoramento.
- Ponomarev, N.** (1976). *Nascimento e Desenvolvimento da Educação Física*. Cruz Quebrada, Centro de Documentação e Informação do Instituto Nacional de Educação Física.
- Rodrigues, C.** (1994). *Sócio-história e Reformas Educativas em Portugal (1936-1986)*. Universidade do Minho, Dissertação de mestrado em Ciências da Educação.